

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária - 28/04/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA SR Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
CETESB	Denise Dedini (T)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zampronio (S)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CETESB	Maurício Magossi (S)
CIESP - SOB	Jerry Willians de Moraes (S)
Cooperativa de HOLAMBRA	Fernando Ruitter (S) Petrus Weel (R)
FJPO – Mata Santa Genebra	Laís Santos de Assis (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
SMA / CBRN	Natália Gomes F. Branco (T)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
SR Itu	Alexandra M. Vetronei Martins (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Kátia R. Gotardi Piccin Maria Eugênia Martins Leonardo L. Baumgratz

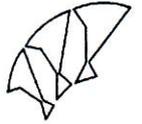
PM de Extrema	Paulo H. Pereira
PM Limeira SDRMA	Gabriela Alves Ribeiro
TNC	Henrique Bracale

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Convocação (ATA, pauta e anexos): A pauta da reunião e alguns anexos foram enviados previamente aos membros do GT-Mananciais através de mensagem eletrônica, entretanto, a ATA da reunião anterior foi entregue sem tempo hábil para leitura e correções. **2. Abertura da reunião (Item 1 da pauta):** O coordenador Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro) abriu a reunião com atraso às 9:45 h em função de alguns membros terem tido problemas de deslocamento provocados pela greve geral nos municípios da região. Aproveitando o tema, solicitou que o grupo contribua pela democratização e melhoria das condições éticas na política e nos negócios. Que haja melhores condições de desenvolvimento econômico através de questionamentos e mobilização. Solicitou que todos os presentes se apresentassem rapidamente. A Sra. Kátia (Agência PCJ) em seguida comentou sobre o projeto de Analândia (17 propriedades), descrevendo algumas etapas que estão sendo conduzidas e a excelente receptividade dos produtores rurais. O porquê do projeto ter demorado tanto foi a principal questão formuladas por eles, já que são 10 anos dos primeiros contatos do Sr. Waldemar Bóbbio, precursor do projeto no Córrego dos Cavalheiros em função de ocupação irregular em uma das áreas dessa bacia. Em Limeira são 394 propriedades envolvidas, tornado o projeto de grande desafio. Enfatizou que precisa haver um alinhamento entre a Agência e a equipe executora. A Sra. Marina (Agência PCJ) comentou que o TCU mandou arquivar o processo que tramitava para impugnação do processo de licitação do TR-Florestal para atualização do Plano de Florestas. A IRRIGART, empresa vencedora pediu um prazo para atualizar todo o processo e iniciar as atividades. O TR-Florestal enfim vai sair do papel!. Sobre o projeto em Holambra, ambas disseram que o projeto executado pela CODASP ficou muito bom (PIP's) e que é muito importante que visitemos as áreas florestadas e acompanhem de perto os resultados que vem sendo obtidos. A CT-Rural que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária - 28/04/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

se reunirá em Mogi Mirim no próximo dia 12 de maio pretende fazer uma visita ao projeto de Holambra. A Agência aguarda o recebimento de mais informações sobre o Projeto Conservador da Mantiqueira. **3. Item 2 da pauta - Leitura e aprovação da ata anterior (10ª) e Informes Gerais:** O secretário do GT-Mananciais solicitou autorização para que as discussões desse item ficassem para o último item de pauta em função da presença dos palestrantes, o que foi aceito por todos os presentes, comunicando apenas que foram justificadas as ausências da Sra. Natália (SANASA), Sr. Nelson (Terceira Via) e Sra. Denise (CETESB) e que muitos outros ausentes talvez tenham tido problemas com a greve geral. **4. Item 3 da pauta – Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais:** O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) fez um resumo dos trabalhos realizados até o presente momento em relação à aprovação da política e da sua atualização recente que inclui uma metodologia detalhada para o Programa I, entendo que seria interessante que os palestrantes, assim que possível, fizessem uma leitura da atualização da política para ajudar nas propostas para construção da metodologia para o Programa II - PSA, aproveitando-se o que já foi construído e propondo novos pontos necessários para o segundo programa. A Sra. Kátia sugeriu que precisamos obter dos palestrantes informações de como construir os procedimentos para o PSA, já que este grupo tem um esforço muito maior para os dois primeiros Programas, pois os demais programas III e IV têm legislação própria e dependência de outros órgãos para sua aprovação. **5. Procedimentos Metodológicos para o Programa II - Pagamento por Serviços Ambientais - Item 4 da pauta:** Por sugestão dos palestrantes a apresentação não na forma de palestra mas sim de um bate-papo. O Sr. Paulinho (PM de Extrema - MG), Secretário de Meio Ambiente do Município, respondendo uma pergunta feita pelo secretário João Demarchi de que os projetos de PSA são altamente dependentes de pessoas como ele e o Sr. Henrique (TNC), disse que realmente no município está o sucesso do programa e que uma Política Pública Municipal é o primeiro passo. O recurso humano do local é fundamental. O Sr. Henrique completou dizendo que a

TNC é sempre forasteira e que obrigatoriamente precisa identificar os recursos humanos disponíveis no município para que haja uma execução do projeto com o sucesso esperado. Como exemplo negativo mencionou os municípios de Nazaré Paulista e Joanópolis onde não houve envolvimento dos municípios o que acabou causando o fracasso da iniciativa. Precisa haver o engajamento do agente executor, sendo o município o porto central e as parcerias auxiliares para viabilizar o projeto. Uma Lei Municipal bem elaborada é muito importante. Portanto, em primeiro lugar vem o engajamento do município, é o primeiro passo! Salientou que os projetos são com PSA e não de PSA. O Projeto de Extrema serviu como base para uma ampliação da proposta através do Projeto Conservador da Mantiqueira envolvendo 282 municípios divididos em vinte núcleos, havendo uma entidade regional para cada núcleo servindo como órgão aglutinador. Um deles é o IEF Sul Minas (Instituto de Educação do Sul de Minas Gerais). Nos núcleos de Pouso Alegre, Poços de Caldas, Camanducaia e Inconfidentes estão sendo propostos projetos pilotos para cada núcleo. O Sr. Paulo enfatizou que o segundo passo importante é o arcabouço legal. A legislação de Extrema já tem 12 anos e pode ser aprimorada. Para 2016 contempla um inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE) que tem como meta a neutralização das emissões no município. Na definição dos valores a serem pagos os recursos são divididos em Boas Práticas Agropecuárias (30%), Saneamento Rural (10%) e Recuperação e Preservação Florestal (60%). Atualmente há uma destinação de 2,5% do orçamento para o projeto, o que acaba gerando um total de 4 milhões de reais anuais, provenientes de receitas com IPVA (25%), ISS (15%) e IPTU (15%). O município de Extrema tem 6,5% dos seus recursos orçamentários investidos em meio ambiente. A mão de obra é da prefeitura e que sempre há treinamento em recuperação florestal para esses servidores visando melhorar a qualificação dos serviços prestados nesta área. Sobre esses investimentos, salientou que um projeto com PSA é um processo lento, sendo que no início contava com um "fusca e uma mula", chegando até os 4 milhões após 12 anos de esforços com o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária - 28/04/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

projeto. O ICMS Verde também é um ponto a ser discutido. O projeto procura atrair investimentos de outras fontes para o município, como a Panasonic que investiu um bilhão numa nova planta em função dos bons indicadores ambientais atuais de Extrema - MG. O município também atrai muitos órgãos de pesquisa e ensino que desenvolvem inúmeros projetos de mestrado e doutorado que contribuem bastante para o aperfeiçoamento do projeto, bem como também carregam recursos financeiros e equipamentos e permitem através dos seus resultados um melhor monitoramento dos resultados gerais. Citou como exemplos a USP/ESALQ, A UFLA, a EMBRAPA e a USP/São Paulo. O Sr. Paulo frisou que o projeto não tem recursos para investimentos em monitoramento. O Projeto sempre começa com um mapeamento das propriedades, a definição da área a ser restaurada e a valoração dos serviços ambientais. Em Jaguariúna, segundo o Sr. Henrique a proposta é destinar 2% do orçamento, mas que esses valores podem mudar de município para município. O Plano Diretor do Município deve conter informações que contribuam para o desenvolvimento do projeto. Precisa haver a definição de uma microbacia prioritária para que a essência da Política seja aplicada, ou seja, produção de água em quantidade e qualidade. Foi sugerido pela Sra. Kátia que se pense na criação de um quinto programa só para monitoramento hidrológico. A Agência poderia se tornar um investidor dessa área, já que se tornou um órgão executor. Discutiu-se que o monitoramento não é apenas hidrológico (água) e que outros vários podem ser utilizados para medir o desenvolvimento do projeto ao longo do tempo. O primeiro ponto a ser explorado é o convencimento do produtor rural da importância das melhorias ambientais. O prof. Dirceu disse que para monitoramento o município deve fazer o que for possível, como o controle do volume e da qualidade da água. Deter informações para tomar decisões é muito importante, especialmente em função dos entraves e descontinuidade dentro da política local, bem como a falta de continuidade. O Sr. João Demarchi enfatizou que a UGP é fundamental nesse processo, além da extensão rural. Sobre Jundiá o Sr. Henrique (TNC) comentou sobre a importância do pesquisador Jener

Fernando Leite de Moraes do IAC, especialmente em relação do tempo zero do projeto, antes da intervenção. Comentou também que é possível que a urbanização dos mananciais ainda tenha uma boa convivência com a preservação e produção de água. Neste município comentou-se sobre a inoperância da CATI, que poderia ser corrigida com algumas ações junto à coordenadoria, talvez com o deslocamento de algum profissional interessado nesta área. A Sra. Maria Carolina (DAE-Jundiá) comentou sobre o desestímulo à agropecuária no município, especialmente voltado para o setor de frutas. O mapeamento é importantíssimo. Comentou que foi feita uma mobilização e a criação de um balcão de negócios em 2014, mas que a principal alavanca é o esforço e interesse da AMBEV/FENSA para segurança hídrica da sua planta na região. Portanto, há recursos da TNC e das empresas parceiras no projeto. O Sr. Henrique também comentou da essência do conceito de usuário pagador para a empresa em questão. A criação de um portal, que deve estar ligado ao portal dos Comitês PCJ / Agência PCJ, um possível apoio técnico da EMBRAPA Monitoramento por Satélite para o mapeamento, bem como os pontos de contato entre o CAR e o Programa Nascentes podem ser muito importantes para o desenvolvimento do projeto. A UGP pode inclusive definir alguns limites à maior que a legislação para uso dos recursos públicos, como já previsto pelo próprio programa Nascentes. Há também recursos de TCRA's que podem contribuir muito para o deslocamento de recursos financeiros para o município. Precisa haver um casamento entre as áreas disponibilizadas para a recuperação e os projetos/recursos aprovados e disponíveis no Banco de Projetos. A CETESB afirma que há um grande número de compensações para serem utilizadas em projetos como esse. Sobre pagamentos, podem ser bimestrais ou semestrais. O Sr. Henrique acredita que bimestrais seriam melhores em função de um contato mais frequente com os produtores rurais. Em Jaguariúna após a constatação da prática conservacionista pela vistoria feita pela UCE (Unidade Coordenadora de Execução) na propriedade rural, faz um relatório para a UGP (Unidade Gestora do Projeto) que informa ao CONDEMA que autoriza o pagamento a ser feito pelo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária - 28/04/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

fundo específico para esse fim. Em Jundiá é o COMDER (Conselho de Desenvolvimento Rural) que faz essa atividade. **6. Outros Assuntos e Palavra Aberta - Retorno ao Item 2 da pauta - Leitura e aprovação da ata anterior (10ª) e Informes Gerais:** O secretário sugeriu que em função da ata anterior ter sido enviado na véspera da reunião e os assuntos tratados terem sido relevantes, sugeriu que houvesse a sua aprovação feita na próxima reunião, portanto, dando tempo suficiente para que todos os membros fizessem uma leitura pormenorizada dos tópicos tratados. A proposta foi aceita pelos membros do GT-Mananciais. Sobre os informes, também enfatizou que o documento enviado pela MP sobre a abertura de um Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA) nº 43.1096.000001/2017-7 precisa ser lido e discutido com mais profundidade, aproveitando-se o esforço e interesse de MP a nosso favor, ou melhor, a favor da Política de Recuperação de Mananciais. Por fim comentou sobre o envio dos Boletins ECO das Bacias PCJ que estão também disponíveis no site dos Comitês PCJ e que devem ser acompanhados especialmente com relação ao enfrentamento das mudanças climáticas e aumento da resiliência das bacias hidrográficas a essas variações. **10. Encerramento:** Não havendo mais perguntas ou comentários, o coordenador Sr. João Baraldi agradeceu a presença de todos, encerrando-se a reunião às 12:40 h.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN